



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Presidente da Câmara dos Deputados é um dos interessados no julgamento do STF sobre nova Lei de Improbidade

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Um dos interessados no julgamento sobre a repercussão geral sobre a retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa é o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) que tem um recurso contra condenação sobrestado pelo STJ à espera dessa decisão do STF. No caso de Lira, como na situação do ex-governador José Roberto Arruda (PL), a nova Lei de Improbidade Administrativa, que entrou em vigor no ano passado, dá margem para discutir os prazos de prescrição. Sem o julgamento e a aplicação da retroatividade da lei, Lira pode ter o registro de sua candidatura negado pela Justiça Eleitoral.

Dúvidas

Neste sábado, estamos exatamente a três meses da votação em primeiro turno. Se em âmbito nacional, a disputa está polarizada entre Lula e Bolsonaro, no DF ainda há muitas dúvidas sobre a disputa a governador.



Se tudo tivesse sido diferente...

Entre integrantes da federação de Lula no DF, a avaliação é de que a senadora Leila Barros (PDT-DF) deu um passo equivocado ao deixar o PSB, partido pelo qual se elegeu. A candidatura de Leila ao Palácio do Buriti reuniria apoio de todos os partidos da federação, além do próprio PSB e ainda possivelmente o PDT. Tinha a chancela de Lula, que até quis marcar um encontro com a ex-jogadora de vôlei. Mas Leila quis justamente se afastar do petismo e deixou o PSB quando o partido sinalizou que fecharia com a campanha de Lula.

Roque de Sá/Agência Senado



No aquecimento

Segundo interlocutores de Leila Barros, o verdadeiro projeto dela ao governo é para 2026. Claro que se ela emplacar agora está valendo, mas a senadora acredita que está apenas no qualifying para a próxima eleição.

Treinamento

No PT, a aposta é de que Leila Barros vai para a campanha ao governo mesmo sem alianças. No esporte, ela aprendeu a disputar nas adversidades. A avaliação é de um petista raiz.

Ed Alves/CB/D.A Press



Os candidatos do Lula

Leandro Grass (PV) e Rosilene Corrêa (PT) iniciaram a associação de suas campanhas à nacional. Na propaganda nas redes, eles se autointitulam "os pré-candidatos do Lula". Sabem que outros vão querer tirar uma lasquinha.

PSD DF/Divulgação



Mulheres em preparação

A presidente do PSD Mulher do DF, Roberta Monzini, organizou, para as pré-candidatas do partido, o seminário "Mais Mulheres na Política". O evento, que contou com a presença do presidente do PSD-DF, Paulo Octávio, teve como palestrantes Sílvia Rita Sousa, diretora-executiva da WDN Brasil, programa mundial que defende o aumento da participação feminina na política, e de Camila Lanini, especialista em marketing digital. Entre as pré-candidatas presentes estavam Andreia Salles, Dai Nasteoli, Deborah Carvalhido e Nágela Maria, que vão tentar vaga na Câmara Legislativa, e a pré-candidata a deputada federal Gilcilene Maria.

Compliance, ética e integridade

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) recebe nesta segunda-feira o Compliance Across Regional Distrito Federal, promovido pelo Instituto ARC e pela ESENI, em parceria com o Movimento pela Integridade na América Latina (MILA) e correalizado pelas Comissões Especiais de Compliance da OAB/DF e OAB/GO. O evento, que é gratuito e presencial, tem o objetivo de formar uma rede de pessoas e instituições comprometidas com a promoção da cultura da ética e da integridade, discutindo as melhores práticas e tendências do Compliance de diversos setores.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

PRISÃO

Falsa enfermeira vendia cirurgias

Jordana Pereira dos Santos dizia ser servidora da Secretaria de Saúde. Os policiais descobriram que, na verdade, a mulher só teria trabalhado na pasta entre 2013 e 2014 em um cargo comissionado na área administrativa do Hospital de Base

» DARCIANNE DIOGO
» EDIS HENRIQUE PERES

Quase seis meses depois de uma minuciosa investigação, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) prendeu, ontem, uma falsa enfermeira acusada de "vender" vagas para realização de procedimentos cirúrgicos em hospitais públicos, marcação de exames e até para leitos de unidades de terapia intensiva (UTI). Às vítimas, Jordana Pereira dos Santos, 46 anos, se apresentava como servidora da Secretaria de Saúde (SES-DF), o que era mentira.

Investigadores da Delegacia de Repressão à Corrupção (Drcor) deram início às apurações após receberem inúmeras denúncias informando que a suposta enfermeira vendia vagas de cirurgia e, mesmo após o pagamento, não cumpria como prometido. Os policiais descobriram que, na verdade, Jordana não era servidora da Secretaria de Saúde e só teria trabalhado na pasta entre 2013 e 2014 em um cargo comissionado na área administrativa do Hospital

de Base. "Embora em determinadas situações ela não conseguisse a vaga e apenas embolsasse o dinheiro, em diversas outras ocasiões ela, de fato, conseguiu a vaga. Esperamos que o material colhido nas buscas nos indique a forma como ela conseguia isso e, principalmente, se houve a participação de algum servidor público efetivo", afirmou o delegado Rogério Alves Dantas, diretor da Drcor.

Para os pacientes, a mulher se apresentava com nomes diferentes e como enfermeira de diferentes hospitais, a fim de convencê-los de que tinha condições de burlar a fila de espera. Durante as diligências, os policiais descobriram, ainda, que a criminoso atuava dessa forma, pelo menos, desde 2018, e indicava contas bancárias de amigos e parentes para o recebimento dos pagamentos. "Também foi identificada uma pessoa com alguns vínculos políticos que encaminhava pacientes a principal investigada para que esta também conseguisse vagas para tais pacientes e, em contrapartida, a suposta enfermeira recebia a promessa de vagas de

Divulgação/PCDF



A suspeita foi presa nesta sexta-feira por agentes da Delegacia de Repressão à Corrupção

emprego para pessoas de seu interesse", frisou o delegado.

Prisão

Na manhã de ontem, policiais cumpriram um mandato

de prisão temporária contra Jordana e seis mandados de busca e apreensão nas casas de pessoas responsáveis por emprestar as contas, no Gama, em Santa Maria e no Recanto das Emas. A mulher pode responder pelos

crimes de associação criminosa, estelionato, falsificação de documento e lavagem de dinheiro. Somadas, as penas podem chegar a 24 anos de prisão.

Em nota oficial, a Secretaria de Saúde alerta a população que

Esperamos que o material colhido nas buscas nos indique a forma como ela conseguia (as vagas)"

Rogério Alves Dantas,
diretor da Drcor

não é feita qualquer cobrança relativa ao atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). "Caso o cidadão identifique esse tipo de situação, deve procurar os órgãos de polícia para formalizar denúncia." A pasta ressaltou, ainda, que as solicitações de internações são administradas pela Central de Regulação, que funciona 24 horas por dia e sete dias por semana, seguindo critérios específicos que variam de forma individual para cada paciente, considerando necessidades clínicas distintas.